PROCESSOS DE TRADUÇÃO ETNOGRÁFICA DAS EPISTEMOLOGIAS TRAVESTIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO ITALIANO

PROCESSES OF ETHNOGRAPHIC TRANSLATION OF BRAZILIAN TRAVESTI EPISTEMOLOGIES IN THE ITALIAN CONTEXT

RESUMO

Neste artigo demonstro como as Epistemologias Travestis brasileiras partem de uma compreensão terminológica local, ganham materialidade em corpos e falas diversos, ao mesmo tempo que também torcem e recriam possibilidades e potências de escrita. Sugiro que há um protagonismo em escritas travestis oriundas de universidades públicas e gratuitas brasileiras, que vem possibilitando uma mudança nas temáticas e sobretudo nas formas de abordá-las, que é impensável e intraduzível para o contexto italiano. O artigo está dividido em cinco partes: inicialmente introduzo o problema da incompreensão italiana das identidades travestis brasileiras; depois localizo e me marco como pessoa antropóloga que empreende processos de tradução etnográfica entre o contexto cultural brasileiro e italiano; a partir daí navego por algumas produções das Epistemologias Travestis brasileiras; para argumentar que as dificuldades de compreensão e (im)possibilidades de tradução se devem também aos arranjos de marcadores sociais da diferença, estes mesmos com nomeações e configurações diversas em cada contexto cultural. Por fim e ao longo do artigo evidencio as diversas produções epistemológicas acadêmicas travestis e discuto como estas criações, inventivas e potentes, que passam necessariamente pelos termos, para torcê-los e transtorná-los, conseguem comunicar em outros contextos culturais.

Palavras-chave: Epistemologias Travestis. Tradução Etnográfica. Marcadores Sociais da Diferença.

ABSTRACT

In this article, I demonstrate how Brazilian "Travesti Epistemologies" start from a local understanding of terminology, gain materiality in diverse bodies and speeches, while also twisting and recreating possibilities and powers of writing. I suggest that there is a protagonism in travesti writing that arise from public and free Brazilian universities, which has made it possible to change the themes and above all the ways of approaching them, which is unthinkable and untranslatable for the Italian context. The article is divided into five parts: first I introduce the problem of Italian misunderstanding of Brazilian travesti identities; then I locate and mark myself as an anthropologist who undertakes processes of ethnographic translation between the Brazilian and Italian cultural contexts; to navigate through some productions of Brazilian "Travesti Epistemologies"; then at the end I argue that the difficulties of

Letizia Patriarca
Doutorado Dupla Titulação Universidade de São Paulo – Università di Bologna (2023). Cursando pós-doutorado na UNICAMP. E-mail: letizia@alumni.usp.br

understanding and (im)possibilities of translation are also due to the arrangements of social markers of difference, which themselves have different names and configurations in each cultural context. Finally and throughout the article I highlight the various travesti academic epistemological productions and discuss how these inventive and powerful creations, which necessarily pass through the terms to twist and upset them, manage to communicate in other cultural contexts.

Keywords: Travesti Epistemologies. Ethnographic Translation. Social Markers of Difference.

Como pode?

> "*Come mai ci sono due identità uguali – trans e travesti – riconosciute dalle istituzioni brasiliane, che si diferiscono solo per l'autodeterminazione?*
> Como pode haver um reconhecimento institucional de duas identidades iguais – mulher trans e travesti – mas que diferem só pela autodeterminação?" (tradução minha)[1]

Esse comentário foi feito após uma apresentação da minha trajetória de pesquisa para um grupo italiano de estudo e ativismo sobre trabalho sexual, com o qual colaborei em 2020[2]. Reunindo pessoas cis e trans de diversas partes da Itália, de maneira on-line, foi possível trocar saberes em diversos âmbitos (entre quem atuava no terceiro setor, no trabalho sexual, nos ativismos, no direito, no ambiente acadêmico e no jornalismo). Já ao final da minha apresentação, que ultrapassou uma hora, veio essa pergunta, que não foi uma dúvida individual daquela pesquisadora. Por isso, nesse artigo empreendo processos etnográficos de tradução, para analisar as dificuldades de compreensão e (im)possibilidades de tradução de corpos e epistemologias travestis brasileiras no contexto italiano, argumentando que se devem também aos arranjos de marcadores sociais da diferença, estes mesmos com nomeações e configurações diversas em cada contexto cultural.

Desde a minha chegada no contexto italiano, passei a recolocar questões que não se apresentavam na minha trajetória de pesquisa e atuação no contexto brasileiro – sem falar das inúmeras e cotidianas questões que sentia pela minha intraduzível vivência como sapatão[3]. Nesse sentido, ressalto propostas feministas que discutem a necessidade

1 Ao longo do artigo, utilizo itálico para palavras e frases na língua italiana.

2 O "GRIPS – Gruppo di Ricerca Italiano su Prostituzione e Lavoro Sessuale" nasceu pouco antes da pandemia e organizava à época seminários de autoformação, possibilitando a apresentação interna entre participantes do grupo. Seu objetivo era discutir trabalhos acadêmicos e reunir pessoas na luta por direitos para profissionais do sexo na Itália. Disponível em: https://www.ingenere.it/persone/grips. Acesso em 13 de junho de 2025. Participei ativamente do grupo de 2020 a 2023, período em que vivi e trabalhei na Itália, realizando o doutorado sem financiamento, que resultou na tese dupla-titulação (Patriarca, 2023). Este artigo é uma reelaboração a partir de um capítulo da tese.

3 Há um tempo venho me apresentando como sapatão, enquanto uma vivência de gênero (não de

de situar e localizar a produção de conhecimento nas Ciências Sociais, como a da antropóloga Natália Corazza Padovani, que "questiona a viabilidade de produções científicas e acadêmicas não levarem em conta relações de poder, de sujeição e de autoria como seus constructos epistemológicos." (Padovani, 2017, p.8). Por esse motivo, tudo que apresento a seguir está escrito necessariamente em primeira pessoa, seguindo as propostas de marcação do corpo da pessoa antropóloga em campo (Nascimento, 2019). Me somo também aos chamados da psicóloga Sofia Favero (2020a), ao enfatizar a importância de discutir as marcações que se dão em campo e os seus efeitos para as relações que são construídas ao longo do trabalho de pesquisa. A autora se refere aos marcadores sociais da diferença, que atuam nos corpos e refletem marcações que impactam nas relações e nas possibilidades de realização das pesquisas. Esses marcadores operam refletindo formas de organizar as diferenças em cada contexto cultural, e resultam em hierarquias, agenciamentos e desigualdades sociais.

Portanto, o movimento deste artigo consiste na reflexividade de como marcadores sociais da diferença se articulam e atuam de forma relacional, produzindo e engendrando as relações possíveis na condução da pesquisa, na formulação e na validação de epistemologias. O convite é olhar para quem produz, quem lê e quem legitima as produções epistemológicas travestis e transfeministas brasileiras. Utilizo ambas as noções – epistemologias travestis e transfeministas - para me referir às produções também acadêmicas, produzidas recentemente no contexto de universidades públicas e gratuitas brasileiras. Em sintonia com a formulação de Maria Clara Araújo dos Passos e Viviane Vergueiro Simakawa (2022), o objetivo é evidenciar a formação de um locus transfeminista de enunciação como projeto decolonial. As autoras argumentam pelo potencial desse locus de enunciação que conecta teoria e política, como "múltiplas estratégias de resistência, imaginação e afeto contra os efeitos extremos do desenvolvimento de infraestruturas e planejamentos econômicos de *cistemas* capitalistas, racistas e capacitistas." (Passos & Simakawa, 2022, p. 2421 – tradução minha).

Para tanto, a escrita que se segue não adota todas as normas convencionais de escrita acadêmica, justamente para visibilizar a "politização da autoria" (Lopes, 2022, p.306). Dialogo preferencialmente com autorias trans e travestis, pontuo nomes e sobrenomes das pessoas da bibliografia, buscando localizá-las também em suas áreas de saber – dessa forma, através dos nomes é possível observar marcações de gênero (feminino, masculino e não binário), além de objetivos políticos, quando são assinados propositadamente em minúscula. Este artigo então está escrito em primeira pessoa e se vale da torção da escrita, como proposta decolonial das epistemologias travestis.

Tais objetivos decoloniais da minha atuação (acadêmica) se impuseram quando compreendi no contexto italiano que não conseguiria comunicar nem meus objetivos

sexualidade) que se afasta das lógicas binárias e biologizantes, não se limitando a relacionamentos afetivo-sexuais entre corpos de mulheres cis. Além de gostar do potencial de ressignificação orgulhosa que evoca e da sonoridade da palavra, sapatão também aponta para articulação com outros marcadores sociais da diferença, que necessariamente conformam as formas de vivenciar gênero e sexualidade – diversamente nomeadas em cada contexto cultural.

ISSN: 1807 - 8214
Revista Ártemis, vol. XXXIX nº 1; jan-jun, 2025. pp. 325-347

de pesquisa, nem a potência das referências epistemológicas brasileiras que me conformam. A questão de pesquisa que me guiava parecia fundamentada, para quem segue uma vasta produção socioantropológica produzida e acessada nos contextos brasileiros (acadêmicos) interessada em estudos de gênero e sexualidade. A pergunta norteadora era: há consequências de criminalização da vida de pessoas travestis na Itália, como efeito da realização do trabalho sexual – regulamentado ou não? Mas bastava formular essa pergunta que eu percebia a dificuldade em traduzir e comunicar todos os seus significados em um contexto acadêmico italiano, que conta com poucos núcleos de pesquisa de gênero em suas universidades. Sujeito irreconhecível. "DE QUEM?" travesti. *"AH SÌ, TRAVESTITO*. TEMOS ESSA PALAVRA. É TRAVESTITO." Não sei, o que isso denota? "UMA PESSOA QUE SE TRAVESTE NO FEMININO". Mas ela vive o feminino, se identifica? Como se apresenta, com nome feminino? "AH NÃO, ENTÃO NESSE CASO É A TRANS". Mas trans, mulher trans não corresponde à mesma identidade e às mesmas vivências.

Ou será que trans basta para comunicar com um contexto em que o termo não tem reconhecimento? Haveria perdas importantes nesse processo de tradução? Entendo que pode ser uma questão analítica, que não cabe nas vidas das que fazem esses trânsitos, que podem tranquilamente seguir transitando e agenciando essas categorias – aqui travesti, lá *transessuale*. Contudo, quero ressaltar como no contexto brasileiro, além de corpos e seus potentes agenciamentos, vem se proliferando uma produção bibliográfica protagonizada por mulheres trans e travestis, que é dificilmente traduzível e compreendida no contexto italiano. Para isso, nas quatro seções a seguir demonstro como as epistemologias travestis brasileiras partem de uma compreensão terminológica local, ganham materialidade em corpos e falas diversos, ao mesmo tempo que também torcem e recriam possibilidades e potências de escrita apontando para dinâmicas que vão além destes termos. Tais produções, visam não somente a entrada nos espaços acadêmicos, mas também a permanência nestes e a modificação das estruturas de produção de saberes considerados acadêmicos e científicos. Portanto, sem pretensão de trazer todas as produções epistemológicas travestis e transfeministas brasileiras, seleciono e aponto pontos recorrentes nessas produções, que me parecem incomparáveis e, talvez, incomunicáveis para dialogar no contexto italiano. São produções marcadas pela coletividade, potencializadas e publicadas através da internet, que repensam e recriam as formas escritas e que direcionam críticas aos "cistemas", formulando a cisgeneridade como categoria. Em uma potente entrevista, de Brume Dezembro Iazzetti e Ruby Mascarenhas com a travaturga Renata Carvalho, fica o chamado para trapacear a língua:

> Há mais de duas décadas os ativismos de pessoas travestis, transexuais, transgênero e não-binárias reivindicam o uso de conceitos como *cisgeneridade*, *cisnormatividade*, *cistema* e *cissexualidade* para nomear um conjunto de normas e normatividades antes invisibilizadas no âmbito do "universal",

ISSN: 1807 - 8214
Revista Ártemis, vol. XXXIX nº 1; jan-jun, 2025. pp. 325-347

> equilibrando a balança de poder que dominou historicamente o saber acadêmico. (Carvalho, Iazzetti & Macarenhas, 2024, p. 175)

Processos etnográficos de tradução

Desde a abertura, evidencio então a minha trajetória "entre dois mundos" (Anzaldúa, 1987), pois é justamente a circulação e o reconhecimento nesses dois e entre contextos italiano e brasileiro, que me permitem propor essa discussão sobre processos políticos e etnográficos de tradução. Incorporando os sentidos que Gloria Anzaldúa declarava em "Borderlands / La frontera" (1987) de, ao mesmo tempo, pertencer e comunicar entre dois mundos, proponho abordar a tradução como processo entre contextos culturais diversos. No âmbito de estudos de tradução cultural, os trabalhos de Claudia Junqueira de Lima Costa apontam para a centralidade das relações de poder que envolvem processos tradutórios e a circulação de saberes, sem pretensão de simetria entre línguas. Dessa forma, assim como a autora:

> meu uso do termo "tradução" não se refere às discussões sobre estratégias para os processos intralinguísticos, interlinguísticos e intersemióticos próprios da área dos estudos de tradução, mas sim nos remete aos debates sobre tradução cultural prevalentes na recente produção sobre teoria e prática etnográfica. (Costa, 2009, p.4)

Nesse sentido, a partir de e entre dois contextos culturais diversos, analiso as (im)possibilidades de tradução e compreensão das epistemologias travestis brasileiras no contexto italiano. A dimensão simultânea e processual se torna central, sendo que a tradução deixa de ser entendida como um ponto de partida da análise etnográfica, mas passa a ser o próprio processo político de análise. Argumento então que processos de tradução etnográfica, não consistem na transposição de significados, mas em análises abertas, que possibilitam acessar complexidades, ambiguidades e movimentações sociais locais, bem como promover relações dialógicas entre contextos culturais.

Como argumenta a socióloga estadunidense Patricia Hill Collins, as relações de poder e geopolíticas acrescentam um caráter também de mediação entre mundos e desigualdades (Collins (2019). Para o antropólogo Roy Wagner, "é apenas por meio do contraste experienciado que sua própria cultura se torna 'visível'. No ato de inventar outra cultura, o antropólogo inventa a sua própria e acaba por reinventar a própria noção de cultura." (2010, p. 31). Nesse sentido, para qualquer pessoa que vivencia o contexto brasileiro, travesti não é meramente um termo, mas significa e comunica uma identidade política corporificada, cuja recente movimentação tem ganhado cada vez mais visibilidade – ainda que com suas limitações e manifestações transfóbicas contrárias. Quero argumentar que tudo isso é de difícil tradução terminológica e cultural para outros contextos e especificamente para o italiano. Minha proposta é

que ao contrário de uma tradução que exige um fechamento, uma equivalência entre palavras, neste processo tradutório o que é de difícil tradução abre caminhos para uma análise etnográfica.

Desde as minhas primeiras apresentações de pesquisa no contexto italiano, como essa que trouxe no início do artigo, passei a dedicar uma grande parte trazendo imagens de figuras brasileiras reconhecidas e legitimadas publicamente, como parlamentares, cantoras, escritoras etc. Por um lado, sentia que seu protagonismo devia falar mais do que eu; por outro, sentia a necessidade de corporificar a resposta. Nessa apresentação, fui munida de imagens, slides e sugestões de produções epistemológicas trans e travestis brasileiras. Juntei também uma série de normativas, como a "Resolução 11/2014"[4] da SAP – Secretaria de Administração Penitenciária – que reconhece o direito ao uso do "Nome Social" em unidades prisionais –, para demonstrar que há no contexto brasileiro um reconhecimento institucional dessas identidades. Busquei artigos produzidos e/ou traduzidos para o inglês e o espanhol, mas são ainda poucos[5].

Havia nas minhas exposições todo um malabarismo para tentar comunicar algo que era (mais) naturalizado no contexto brasileiro em que eu participava, de forma que eu não precisasse explicar ou negociar repetidamente sobre a pluralidade das vivências travestis. Propunha que o reconhecimento da palavra travesti, em português, deveria ser considerado como ponto de partida para qualquer análise sobre migração de pessoas trans brasileiras. Não me parecia irrelevante marcar o termo, porque eu sabia, vivia, sentia, ouvia e colaborava com uma movimentação de pessoas muito maior e potente do que a impossibilidade de tradução linguística sugere.

Contudo, não bastava mostrar a crescente visibilidade pública, não bastava mostrar e discutir uma imensa bibliografia produzida desde os anos de 1990. Nada disso era acessível, por estar em português e por não comunicar em diversos termos, constituindo também uma diversa concepção interseccional. Passei então todos os três anos no contexto italiano, tentando driblar definições categóricas e normativas, do tipo travesti é dois pontos; ao contrário de mulher trans, que é dois pontos. Estive em busca constante para apresentar elementos, de forma a preencher o termo – sem uma resposta única e colonial, mas através da visibilidade e legitimidade que vinha sendo conferida às pessoas agentes e corporificadas no contexto brasileiro. Mas mesmo assim, ao final de toda exposição, perguntas, como "o que é travesti? Não é o mesmo que mulher trans?" sempre persistiam. Incompreensão, incomunicabilidade e dificuldade de tradução – de mundos.

Portanto, a seguir, aponto para movimentações brasileiras que dão vida ao termo travesti, articulando marcadores sociais da diferença, tornando-o mais que uma palavra ou identidade. Ressalto que grande parte das produções acadêmicas das epistemologias travestis, apresentam desafios tradutórios desde seus títulos, seja pelo uso de noções, como "pajubá" (Iazzetti, 2021; Favero, 2020a e 2020b), seja pelas

4 Disponível em: https://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Resolucao-SAP-11-de-30-de-marco-de-2014.pdf Acesso em 13 de junho de 2025.

5 No site da ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais - é possível acessar alguns relatórios em inglês, disponível em: https://antrabrasil.org/international/ Acesso em 13 de junho de 2025.

tantas (re)criações e proposições político-conceituais, como "violências cistêmicas" (Vergueiro, 2016a e 2016b).

Epistemologias travestis e transfeministas brasileiras

Os primeiros trabalhos sobre "travestilidades" e "transexualidades", no âmbito socioantropológico, buscavam compreender as identidades trans, complexificando entendimentos do gênero binário e adentrando construções corporais no feminino. Buscavam relatar complexidades e variações identitárias – de maneira próxima àquelas que colaboravam com suas pesquisas –, marcando de alguma forma sua presença e suas trocas em campo. Contudo, não sendo escritos por pessoas que se definiam como trans ou travestis, trabalhos como os de Don Kulick (2008) e Helio Silva (1993 e 2007), dialogavam com vivências de homens cis gays e descreviam as rotinas travestis marcadas pela prostituição.

Alguns desses primeiros trabalhos, inclusive alguns replicavam o artigo masculino (Perlongher, 2008) para se referir a travestis, marcando um primeiro momento em que não havia o reconhecimento e a validação do que combatiam as travestis que passaram a protagonizar ativismos e produções acadêmicas. Nome e gênero femininos passaram a ser reivindicações replicadas no contexto brasileiro, não só por aquelas diretamente envolvidas, mas pelos ativismos LGBTQIAP* em geral. Julgo que muito dessa movimentação ativista, foi responsável por dar visibilidade aos estudos de gênero, bem como para as formas plurais de vivenciar gênero e sexualidade. Debates tensos e intensos acompanharam uma produção queer e as traduções dos primeiros trabalhos da filósofa estadunidense Judith Butler no contexto brasileiro (Colling, 2011; Louro, 2001 e Pino, 2007).

A partir daí, na Antropologia seguiram-se trabalhos pautados por parcerias entre pessoas cis e trans, no sentido de encorpar a luta pela despatologização das identidades trans (Bento e Pelúcio, 2012; Teixeira, 2009). Proliferaram etnografias em todo contexto brasileiro, que visibilizavam vivências travestis e trans, em sua maior parte na área da saúde (como Sabatine, 2013) ou na área da educação (por exemplo, Andrade, 2012; Zanzotti, 2015). Dessas produções, de alguma forma, todas tangenciam a realização de programas e trocas econômico-afetivo sexuais por parte das pessoas travestis, mas são raras as etnografias que lidam diretamente com a realização da prostituição, entendida como trabalho sexual. Mesmo quando há o reconhecimento de que a prostituição é uma atividade laboral, ainda que não a única, poucas produções se inserem no campo de pesquisa sobre o trabalho sexual, como é formulado por ativistas profissionais do sexo (como exceções, sinalizo as pesquisas realizadas por Guerra, 2020; Garcia & Nascimento, 2016; Nascimento, 2015; Patriarca, 2015 e 2018; Pelúcio, 2005).

Toda essa produção dialoga com um contexto social brasileiro geral de grande expansão para receber as discussões e proposições artísticas e ativistas sobre gênero

e sexualidade. A produção acadêmica brasileira foi então marcada tanto pelo avanço das discussões de gênero (Franch & Nascimento, 2020), quanto pelas mudanças político-econômico-sociais empreendidas durante os anos de governos federais do PT. Nesse cenário, foram se consolidando, não sem disputas (Falcão, 2017), determinadas conquistas por parte do movimento trans, como é a política do "Nome Social". Ao passo que diversas lutas foram construídas e travadas pelas letras da sigla LGBT, disputando protagonismo e reivindicações estatais (Aguião, 2018).

Não faço aqui uma incursão e mapeamento de toda pulsante e crescente bibliografia protagonizada por pessoas trans e travestis no contexto brasileiro. Pretendo indagar: quais são as possibilidades de diálogo com outros contextos culturais da recriação potente das Epistemologias Travestis brasileiras? Além da forma textual, quais são as formas expressivas que comunicam tais potências? Como se dão as formas de tradução não só desses textos, mas desses contextos – que envolvem ativismos, nomeações e proposições criativas? Como demonstrar, em outro contexto, que uma movimentação crescente está em curso, sendo disputada e, cada vez mais, legitimada, embora não esteja completamente estabelecida no contexto brasileiro?

Thiago Coacci (2018) elabora sua tese motivado pelo incômodo da falta de diálogo entre estudos sobre movimentos sociais e estudos trans. Busca ir além das estruturas e organizações políticas que comumente estudam movimentos sociais, em seu sentido técnico, e contornar estudos que focam nos modos de criar identidades médicas ao analisar vivências trans. Sua tese, então, traz um panorama dos ativismos motivado por um duplo incômodo, para:

> investigar as formas como os movimentos sociais, em especial o movimento de pessoas trans brasileiro, se relaciona com o conhecimento, denunciando precariedades e propondo alternativas contra-públicas nessas guerras de pensamento. (Coacci, 2018, p. 20)

Essas guerras de pensamento começaram a se dar também nas universidades, disputando suas formas de produção de saberes. Os processos que movimentaram as universidades e culminaram com a implementação de ações afirmativas, são movimentos amplos, que não começam e nem terminam dentro das universidades, estando em contato com variados ativismos e outras formas de fazer política e produzir saberes. Toda essa configuração das universidades públicas e gratuitas brasileiras, que envolve políticas de ações afirmativas e de permanência estudantil, é intraduzível para o contexto italiano. O contexto do Ensino Superior italiano também conta com universidades públicas mais prestigiadas do que as particulares – com algumas exceções – mas essas são pagas e apresentam outras formas de financiamento de pesquisas acadêmicas, além outros regimes de produção e legitimação de saberes.

Brume Dezembro Iazzetti (2021) traz análises e mapeamentos de universidades públicas brasileiras, montando um quadro para pensar acesso e permanência de pessoas trans. Discute o tímido reconhecimento institucional dado às pessoas trans, bem como denuncia a ausência de dados para debater o ensino superior público. Sua

dissertação acompanha o desenvolvimento histórico da implementação de direitos para pessoas trans nas universidades públicas e gratuitas brasileiras. Nesse cenário, a normativa do "Nome Social" desponta como uma marca importante, desde sua implementação no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio (Iazzetti, 2021, p. 62), até a sua utilização nas políticas de ações afirmativas nas universidades. O "Nome social" representa uma conquista de movimentos trans no contexto brasileiro, com impactos sentidos tanto nas vivências, como nas políticas educacionais, incluindo as de ensino superior– algo sem correspondente no contexto italiano. O atual sistema italiano possui um sistema similar ao procedimento que ocorria no contexto brasileiro até 2019, exigindo um processo jurídico para alteração do registro de nome e gênero. Etnografias que se dedicaram a analisar o procedimento jurídico e os argumentos mobilizados nas requisições de retificação de registro para pessoas trans (Lima, 2015 e Freire, 2015) compõem esforços na movimentação pela aprovação do "Nome social" como política brasileira.

A partir então da maior entrada e visibilização de pessoas trans nas universidades públicas e gratuitas brasileiras, ocorrem mudanças no que passa a ser produzido e discutido. Configurando não somente uma mudança para os movimentos trans, como para toda a produção e circulação de saberes dentro e fora das universidades. Dessa maneira, passam a circular e se impor nas discussões brasileiras não só pessoas e temáticas, mas outras formas de produzir e de legitimar saberes. Silvana de Souza Nascimento, em seus trabalhos (2022 e 2024), tem empreendido esforços para mapear as produções de epistemologias transfeministas. No recorte da produção brasileira, e antropologue atenta para a marcação racial:

> O pensamento transfeminista negro pode ser pensado como um campo de conhecimento que tensiona questões que perpassam os feminismos de modo geral, sobretudo no que se refere à desnaturalização da categoria mulheres e feminilidades e [...] mais do que problematizar as heteronormatividades hegemônicas, voltam-se para processos de autodefinição e autoafirmação de identidades raciais e gênero, aproximando-se das preocupações dos feminismos negros. (Nascimento, 2022: 551)

Dessa forma, as produções bibliográficas trans e travestis no contexto brasileiro, ou melhor, as suas ações textuais incorporam marcadores, como o de raça, e pautam uma escrita incontornavelmente interseccional. Nesse sentido, a educadora Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018) esboça uma crítica e um convite ao diálogo entre ativismos negros e ativismos trans. Relatando sobre a dificuldade de entrelaçamento dessas lutas, que avançam separadamente, ela formula sobre a indissociabilidade das lutas contra racismos e transfobias, a autora evidencia as vivências daquelas que são marcadas, simultaneamente, por todas essas marcações (Oliveira, 2018, p. 174). Similar às proposições de Audre Lorde (2007) que se marca, ao mesmo tempo, como lésbica,

negra, mãe e defende todas essas partes como constitutivas de si, não podendo ser somatórias ou experiências divisíveis.

Muitas produções também nomeiam as que vieram antes e as que estão produzindo contemporaneamente, de forma que a coletividade é central para a produção transfeminista brasileira. Nomear e citar são gestos constantes, mobilizados como forma de reconhecer e efetivar a importância da coletividade também nos textos (Leal, 2020 e Pereira, 2020). A antropóloga Bru Pereira escreve, durante o contexto pandêmico brasileiro, em oposição e crítica direta à construção do mito, do herói, marcado pela individualidade e pela "macheza". Sobre essa dimensão compartilhada e fortalecedora da comunidade, pontua sobre:

> [a] importante diferença entre a sobrevivência do herói e a sobrevivente trans/feminista. Enquanto o herói não é capaz de testemunhar nada além do seu próprio destino, a sobrevivente trans/feminista tem a possibilidade de lembrar que se ela sobreviveu entre tantas outras, é exatamente por viver entre tantas outras que ela pode sobreviver. Ela tem a chance de superar a solidão da sobrevivência ao se tornar capaz de constituir no seu testemunho uma comunidade de sobreviventes. (Pereira, 2020: 10)

Desse modo, a importância da coletividade é também apontada, carregada a partir da menção aos nomes e aos aprendizados tidos com cada pessoa, de forma a visibilizar publicamente e marcar uma memória que, quando narrada, passa a ser coletiva. abigail Campos Leal (2020) esculpe a escrita, que se torna a sua ferramenta para comunicar a coletividade e, ao mesmo tempo, arma e cura:

> me curo y me armo, estudando. a caneta que sublinha palavras de um livro estudado é a mesma que fura a perna de um agressor y o canivete que rasga a pele é o mesmo que talha o nome de duas pessoas trans dentro de um coração na porta de um banheiro sujo de bar. tudo isso é estudo y esses estudos fazem parte da mutação de uma época. isso se fareja. sigo estudando y encaro isso como um momento de cura y de guerra contra o apocalipse branco cishétero. (Leal, 2020: 70)

Nesse escrito, Leal utiliza "y", em diálogo e aliança também com a língua espanhola. Se por um lado, essas formulações, fabricações e fabulações escritas, evidenciam alianças linguísticas, também fica evidente a difícil tradução para outro idioma, sem perder o caráter criativo e poético. São escritos fundamentais para produzir nas palavras a sua própria torção, assim como para afirmar categorias até então não nomeadas. Hailey Kaas, nas primeiras formulações sobre o transfeminismo no Brasil, considera que essa movimentação é protagonizada por pessoas trans, como também ocorria nos Estados Unidos. Nos dois contextos culturais, Kaas identifica que as proposições transfeministas constituem:

> uma forma de localizar institucionalmente uma estrutura que visa deixar as pessoas trans* à margem, e que desumaniza e reifica as identidades trans* como menos normais e abjetas em relação a quem não é trans*. Todo processo de deslegitimação de alguma vivência trans* será, então, cissexismo. (Kaas, 2015: 6)

Dessa forma, a formulação sobre cissexismo, como regime de deslegitimação de pessoas trans, faz parte da delimitação e proposição também da marcação cis. A cisgeneridade, formulada por pessoas trans (Moira, 2017; Vergueiro, 2016a e 2016b), constitui uma produção que desnaturaliza concepções não só de gênero e sexualidade. Portanto, a escritora Amara Moira pontua uma sociedade cissexista, como a que não possibilita sequer pensar a existência trans:

> numa sociedade profundamente cissexista, numa sociedade tão cissexista que sequer conseguisse enxergar o próprio cissexismo (de tão naturalizada que estava essa lei, de tão apagada que estava a sua origem, a sua razão), não haveria a menor possibilidade de pensarmos a existência material, concreta de pessoas trans. (Moira, 2017: 265-266)

Tais epistemologias são portanto esforços, voltados à materialidade, às possibilidades, às existências e vivências de pessoas. A partir da indissociabilidade entre as dimensões cultural e material (Butler, 1997), marcadores sociais da diferença e interseccionalidade despontam nas produções trans e travestis brasileiras. Nesse sentido, os trabalhos de viviane vergueiro (2016a e 2016b) se debruçam na formulação da cisgeneridade, por meio de reflexões interseccionais que têm como ponto de partida as suas vivências. Atua dessa forma a perspectiva interseccional, como única forma possível para compreender a complexidade humana e suas opressões. Aliadas às práticas decoloniais, proposições insurgentes são "possibilidades de resistência e enfrentamento a estes cistemas de poder interseccionalmente construídos" (vergueiro, 2016b: 19)

Na produção das epistemologias travestis, não faltam questionamentos ao "CIStema colonial moderno de gênero". Letícia Nascimento (2021), por exemplo, também pauta a construção de "mulheridades" e de "travestigeneridades" para contrapor uma norma colonial e única de vivenciar feminilidade. Jota Mombaça, assim como Nascimento, também formula proposições de um transfeminismo no contexto brasileiro (Kass, 2015; Jesus, 2014 e Nascimento, 2021) e evidencia as possibilidades não só de fala, como de escuta da colonialidade:

> interrogar o marco do que pode ser ouvido nos termos da cultura euroamericana, colonial, heterocentrada e cisnormativa dominante configura um gesto político-teórico no sentido de uma descolonização, um remapeamento da escuta que leva em consideração o ruído e as linhas-de-fuga que ele fissura na harmonia sobreposta. (Mombaça, 2015)

ISSN: 1807 - 8214
Revista Ártemis, vol. XXXIX nº 1; jan-jun, 2025. pp. 325-347

Esse escrito de Jota Mombaça é um exemplo de publicações transfeministas on-line (2015), que não está em um periódico acadêmico, de forma que sua citação fica comprometida. Tais escritos são formas de propagar a discussão e as proposições transfeministas brasileiras que, inicialmente, se deram em ambientes virtuais possibilitados pela internet (Favero, 2020a: 4; Jesus, 2014). Na formulação de Jacqueline Gomes de Jesus:

> O transfeminismo, algumas raras vezes chamado de feminismo transgênero, prolifera pela internet, anuncia-se em blogs e se confraterniza em redes sociais, e pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicos- social) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina (Jesus, 2014, p.5).

Além das produções em ambientes virtuais e universitários, outros tipos de produções artísticas, como a de Castiel Vitorino[6] (Vitorino, 2018) e produções autobiográficas efetivam essas mudanças na produção de conhecimento brasileira. Lux Ferreira Lima (2022) faz uma incursão pelo gênero auto/biográfico trans, a partir de obras produzidas no Brasil e nos Estados Unidos. E antropologue traz uma análise comparativa de obras que visibilizam trajetórias de pessoas transexuais, travestis e transgênero, desde 1967 até 2019. Longe de representar somente um retrato responsivo às condições materiais, tais auto/biografias trazem diversas marcações, inclusive da diversa articulação dos marcadores sociais da diferença nos dois contextos. Lima demonstra como essas produções trans não dizem respeito apenas às condições de acesso "à autoridade narrativa e ao mercado editorial, elas intervêm e respondem a estas condições, e produzem novas normatividades" (Lima, 2022, p. 6).

Nesse sentido, Lima analisa então o que chama de 3 gerações de produções, que não correspondem necessariamente aos mesmos períodos históricos, justamente pelo diverso desenvolvimento de processos políticos e literários. A primeira geração brasileira é encontrada nos anos de 1980; já nos Estados Unidos, vai de 1960 a 1985; a segunda acontece entre as décadas de 1990 a 2005; e a terceira vai de 2010 a 2020 em ambos os contextos. Apesar de não seguir uma linha evolutiva e cronológica, a tese recoloca a temporalidade como marcador fundamental para a análise. Os capítulos apresentam as movimentações ao longo dessas três gerações e observam uma menor produção no contexto brasileiro do que no estadunidense, ao mesmo tempo que evidenciam redes de sociabilidade e de ativismos trans em profusão inédita nos dois países (Lima, 2022: 18). Ao passo que Lima demonstra ser possível classificar esse desenvolvimento histórico no Brasil e nos Estados Unidos, no contexto italiano não há

6 Disponível em: https://www.geledes.org.br/atlantico-negro-por-castiel-vitorino-brasileiro/ Acesso em 13 de junho de 2025.

ISSN: 1807 - 8214
Revista Ártemis, vol. XXXIX nº 1; jan-jun, 2025. pp. 325-347

uma produção que tenha sido visibilizada a ponto de haver trabalhos protagonizados por pessoas trans e travestis em diversos momentos da história italiana. Na contramão da invisibilidade e deslegitimação de pessoas trans em geral, a trajetória política e os livros de Porpora Marcasciano (2008, 2020 e 2021) são considerados quase os únicos representantes legitimados no contexto italiano que nomeiam e preenchem uma história coletiva trans italiana desde os anos de 1960[7].

Incompreensão interseccional

Voltando então à abertura deste artigo, reforço que passei mais de 60 minutos tentando comunicar o que não parecia ser compreensível, nem mesmo para aquelas (e aqueles poucos italianos) que estavam disponíveis para a escuta e em sintonia com debates equivalentes. A pergunta veio e ecoou: "como pode ter um reconhecimento institucional de duas identidades iguais – mulher trans e travesti – que diferem só pela autodeterminação?" Naquele momento em que ouvi, só achei uma pergunta descabida e irrelevante. A primeira coisa que me veio foi dizer que assim como há a pergunta sobre "Identificação Étnico-Racial" no censo brasileiro, não era impensável que houvesse a possibilidade de respeitar autodeterminações também de gênero. Não pareceu uma resposta, porque continuava a incredulidade, "tudo bem que as pessoas possam entender, mas que haja políticas públicas a partir disso..."

Por curiosidade, busquei o censo italiano e entendi que essa pergunta sobre a "autoidentificação de raça" não existe, assim como a pergunta sobre religião. Foi então que voltei o olhar para os censos[8], como uma espécie de convite a pensar interseccionalidade. De forma comparativa, o exercício de reparar nas seções, no que é perguntado, como são diversamente formuladas as categorias, possibilita analisar quais marcadores sociais da diferença aparecem e como são nomeados. O órgão relativo ao IBGE italiano, "ISTAT Istituto Nazionale di Statistica", a partir de 2018, passou a realizar o censo da população de maneira anual, e não a cada dez anos. O censimento previsto para 2020, também no contexto italiano foi adiado por conta da pandemia, mas foi retomado em 2021. Diferente do que ocorre com recenseadores que passam nos domicílios brasileiros, no território italiano, esse levantamento de dados é realizado de forma híbrida. Há um método que abrange maior número, no qual famílias amostrais escolhidas recebem credencias e respondem a perguntas on-line. Enquanto um proporcional menor de famílias recebe uma carta e depois passam a receber as pessoas para aplicação do questionário em casa. Com uma parte do censo italiano realizada sem intermédio de alguém que realize as perguntas, evidencio dois

7 Para saber mais sobre essas obras de Porpora Marcasciano, ver o capítulo 5.3 "*Favolosità*" e "*transfemminismo*" na tese (Patriarca, 2023).

8 Para ver o Modelo do Censo Brasil 2022: https://censo2022.ibge.gov.br/np_download/censo2022/questionario_basico_completo_CD2022_atualizado_20220906.pdf e o Questionario Censimento italiano 2021: https://www.istat.it/it/files//2018/09/Questionario_lista-italiano-2021.pdf Acesso em 13 de junho de 2025.

conjuntos de questões que pretendo colocar em diálogo. Sugiro que, além de uma maior cultura de respeito à autodeterminação, no contexto brasileiro ganha forma o marcador social da diferença nomeado como "raça"; ao passo que no contexto italiano tais marcações e processos de racialização são pensados pelas marcas de "*cittadinanza* / cidadania" e "*migrazione* / migração".

A antropóloga Luena Nascimento Nunes Pereira (2020) discorre sobre alteridade e raça chegando em Angola, a partir de sua vivência prévia no contexto brasileiro. A autora relata que inicialmente não estava interessada em pensar a questão da "relação racial comparada", mas se viu atravessada por concepções que a marcaram diversamente nos dois contextos. Seu reconhecimento racial se articulava e dependia de outros marcadores, que incluíam como vivenciava também a religião. De forma que em Angola por vezes foi vista como "mulata" ou até "branca", ao passo que no Brasil é reconhecida como mulher "negra". Sobre vivências raciais e sobretudo percepções locais destas, a autora afirma:

> essa questão da relação racial comparada não era meu campo de pesquisa, mas eu tive que me reposicionar nesse sentido como mulata em Angola, e isso posteriormente me fez pensar que, claro, eu estava em um outro sistema de classificação que se parece com o Brasil, mas não é a mesma coisa. (Pereira, 2020 :4)

Todo o sistema de classificação racial se organiza e se nomeia diversamente em cada contexto cultural. Nesse sentido, para pensar em contornos locais do marcador de "raça", sugiro um paralelo entre as duas seções dos censos, sendo a brasileira nomeada como "Identificação Étnico-Racial" e a italiana com o conjunto de perguntas sobre "*Cittadinanza*". Enquanto no censo italiano não constam perguntas que possibilitem a autodeterminação quanto à raça/etnia e nem quanto à religião, há uma longa seção com perguntas sobre a obtenção da "*cittadinanza*" italiana, por exemplo sobre as condições em que é obtida, se vem desde o nascimento, por parte do pai, da mãe, se foi obtida através de casamento e se há outras cidadanias.

A origem de leis italianas sobre "*cittadinanza*" se aproxima de uma ideologia racista estatal, na medida em que foram normativas cunhadas em um primeiro momento para lidar com a migração de pessoas italianas para fora do território (Pesarini & Tintori, 2020a). A cidadania já se baseava no princípio do "ius sanguinis", ou seja, dependia da descendência, mas pela linhagem paterna. Foi durante o período do fascismo italiano (1923-1945) que esse princípio de obtenção da "*cittadinanza*" por descendência paterna passou por modificações. Esse período do fascismo italiano também correspondeu às guerras coloniais contra os países da Somália, Eritreia e Líbia. Por conta desses empreendimentos bélicos coloniais, o instrumento jurídico da "*cittadinanza*" passou a banir o reconhecimento de crianças frutos das relações entre militares italianos e mulheres das então colônias. Assim, a política "ius sanguinis" para obtenção da cidadania italiana passou a exigir a descendência materna, o que foi

revogado só depois da segunda guerra mundial em 1947 (Pesarini & Tintori, 2020a, p. 95).

Esse histórico da cidadania italiana se refaz ao período da unificação do chamado Reino de Itália, em 1861, que constitui a atual nação italiana como a conhecemos. Ainda hoje, é muito comum ouvir, sobretudo de pessoas com seus mais de 70 anos, o questionamento: "mas, que Itália?", devido à desigualdade cultural mantida entre as regiões norte e sul do território. Essa desigualdade é sentida, reproduzida e muito marcada por certa identidade cultural de cada "*regione*". Cada "*regione*" corresponde a um "Estado" brasileiro. Por exemplo, são reconhecidas as paisagens da "*regione*" Toscana, cuja capital é Firenze, e as praias da "*regione*" Sicilia e sua capital Palermo. Dessa forma, não considerar que haja um país comum, porque a Itália unificada foi um acontecimento histórico que julgam recente, foi também um argumento que ouvi bastante. Por vezes, essa afirmação vinha como resposta defensiva quando eu fazia menção ao passado colonial italiano. Não raro, havia quem classificasse o "colonialismo italiano" como um delírio particular do regime fascista em um momento específico da história italiana, ou ainda, como uma tentativa de menor êxito, sobretudo se comparada a outros projetos coloniais europeus.

Contra essas percepções, os trabalhos de Angelica Pesarini (2023) vêm insistindo na marcação e consolidação de discussões sobre o colonialismo italiano, entrelaçadas aos marcadores de "raça" e de gênero. Em elaborações recentes, essas produções buscam visibilizar o colonialismo italiano para o debate público, apresentando-o como resultado da "construção legislativa e performativa da identidade nacional italiana" (Pesarini & Tintori, 2021, p. 92). No âmbito acadêmico o termo "raça" é comumente substituído por "etnia", sob a alegação de que não haveria base lógica para sua utilização, embora seja reconhecida a existência dos racismos italianos. Assim como no contexto francês, há esforços para retirar do debate público termos que remetam à "raça", numa espécie de "cosmética semântica" (Ibid: 91). Por conta da derrota na segunda guerra mundial, o termo ficou muito marcado pelas barbaridades nazistas e fascistas, significando um passado a ser esquecido; de forma que "o uso público da palavra raça foi de alguma forma cristalizado em uma dimensão de culpa arcaica" (Ibid: 90 – tradução minha).

Desse modo, o contexto italiano em âmbito jurídico, institucional e administrativo evita qualquer referência linguística a "raça" – justificado através do artigo 3 da Constituição italiana, que prevê a "dignidade humana sem distinção de sexo, raça, língua, religião" – tradução minha). Dessa forma, não há análises e nem produções possíveis que considerem as marcações e os processos de racialização, com base no termo "raça":

> Nas pesquisas estatísticas e demográficas não se registram categorias definidas à base de características étnicas ou raciais, mas há indicadores sobre a obtenção da cidadania. (Pesarini & Tintori, 2021: 92 – tradução minha).

ISSN: 1807 - 8214
Revista Ártemis, vol. XXXIX nº 1; jan-jun, 2025. pp. 325-347

Movendo esforços na contramão dessa concepção institucional e cultural italiana, Angelica Pesarini argumenta pela utilização dos termos do inglês, traduzidos para o italiano. Propõe então a utilização dos termos ausentes no vocabulário italiano "*razza*" e "*razzializzazione*", na afirmação de que a terminologia é fundamental para os debates, além de que retirá-los não apaga as dinâmicas racistas evidentemente presentes no histórico e cenário italiano.

A discussão sobre a requisição e consequente obtenção da "cittadinanza" é fundamental para compreender como são diversamente enquadradas as pessoas, marcadas por suas nacionalidades e pelos tipos de mobilidade e migração que efetivam no contexto italiano. A obtenção jurídica da cidadania e o reconhecimento cultural de quem é cidadã/cidadão da Itália constitui um dispositivo que hierarquiza humanidades (Pesarini & Tintori, 2020). Tais categorizações hierárquicas envolvem também nomeações relativas à migração interna na Itália. Essas nomeações locais, incluem termos que representam e refletem dificuldades no processo de tradução cultural. Argumento, portanto, que discussões sobre racialização são acessadas por meio de debates migratórios, desde a figura de migrantes internos provenientes do sul da Itália – negativamente chamados de "*terroni*" e "*meridionali*" – até a figura de migrantes vindos do exterior e que não possuem "*cittadinanza*" – referidos como "*extracomunitari*" e "*stranieri*". Uma vez que essas são formas discursivas, que envolvem relações italianas e normativas que concedem direitos de maneira desigual, podem ser aproximadas das discussões brasileiras sobre "raça", "racismo" e processos de racialização.

Trago esse olhar para os modelos do censo como convite à análise interseccional, pois olhar para as perguntas, diversamente concebidas em cada contexto, demonstra que os próprios "marcadores sociais da diferença" não estão dados, nem delimitados e tampouco nomeados de antemão. Uma vez que gênero, classe, geração e religião são diversamente concebidos no contexto italiano e que o próprio marcador de "raça" não é assim nomeado, a incompreensão da categoria identitária "travesti" deve ser lida através de uma diversa articulação e configuração local dos marcadores sociais da diferença.

Através da variação terminológica, que a ênfase seja em "categorias de articulação" ou "interseccionalidade" ou "marcadores sociais da diferença" ou "eixos de opressão", remete aos usos e debates em cada área com a qual aquela produção é concebida e com quem quer dialogar. Entendidos como "marcadores sociais da diferença" ou como "interseccionalidade" é possível acessar a multiplicidade de abordagens teóricas sobre como compreender as desigualdades, hierarquias, opressões e agenciamentos. Mas há uma associação entre a tradição antropológica e o uso de "marcadores sociais da diferença" na compreensão de que são elementos culturais articulados, que variam situacionalmente (Lopes, 2020). A antropóloga colombiana Mara Viveros Vigoya (2018) parte de protagonistas feministas e de suas produções, para pensar as diferenças e as desigualdades, tomando-as como frutos de marcações sociais que são mutáveis no tempo e no espaço.

Assim como proposto por Anne McClintock, esses marcadores não estão dados de antemão, não se encaixam como peças de *Lego,* mas se relacionam de modos contraditórios e em conflito (2010, p. 19). Etnografar então os próprios marcadores sociais da diferença constitui a análise interseccional que busca os elementos que marcam diversamente os corpos, transformando-os em socialmente desiguais. Isto sugere a compreensão de que esses elementos não estão dados, não são sempre os mesmos, mas mudam a partir das relações, das dinâmicas de poder e dos contextos locais (Saggese *et al.*, 2018 e Hirano, Machado & Acuña, 2019).

Pode e como!

> Não para dizer que o transfeminismo inaugurou formas de mobilização que antes não eram pensadas, mas para afirmar que ele colocou outros vocabulários para circular – e, assim, consequentemente, outras subjetividades foram sendo tensionadas. (Favero, 2020a: 4)

Neste artigo, meu objetivo foi navegar por algumas produções bibliográficas, para indicar como o protagonismo das escritas travestis foi possibilitando uma mudança nas temáticas e, sobretudo, nas formas de abordá-las. Demonstrei como, por meio de recriações e proposições linguísticas, as produções travestis abordam questões locais, marcadas por discussões de "raça", "interseccionalidade" e "decolonialidade", noções que no contexto italiano ganham outros contornos e entendimentos. Tudo isso, sei que não é generalizado no contexto brasileiro, mas são as formas de produção de conhecimento com as quais fiz questão de caminhar na minha trajetória acadêmica e faço questão de apresentar para um diálogo transcultural com o contexto italiano.

Dessa forma, as aproximações entre discussões de raça e de gênero, no contexto brasileiro, são cada vez mais presentes - movimentações impensáveis e que não podem se dar no contexto italiano, devido à ausência do debate racial como o concebemos no contexto brasileiro. Elementos de exclusão e de racialização estão presentes no contexto italiano, mas ganham outros contornos, sobretudo, a partir das vivências e protagonismo de pessoas migrantes que impulsionam esses debates. Justamente nesse sentido, um trabalho central para as discussões italianas é o de Fernanda Faria de Albuquerque (1994), considerado inclusive uma produção que inaugura um tipo de literatura migrante italiana (Ulghieri, 2016).

Já para compreender os elementos que possibilitam essa movimentação das epistemologias travestis e transfeministas brasileiras, proponho empreender processos etnográficos de tradução, atentos às articulações de marcadores sociais da diferença. Trata-se de categorias classificatórias, que refletem e reproduzem identidades, sendo que sua eficácia depende da articulação desses marcadores que operam nos e através dos corpos, fazendo sentido somente através de uma análise situacional e relacional. Nem sempre a diferença é marcada em termos de hierarquia e opressão, resultando em desigualdade, violência e exploração. É, portanto, uma indagação

ISSN: 1807 - 8214
Revista Ártemis, vol. XXXIX nº 1; jan-jun, 2025. pp. 325-347

constante compreender como se configura a diferença no contexto local, que poderia também possibilitar agenciamentos. Nessa perspectiva, marcadores de classe, gênero, nacionalidade, raça, sexualidade, idade/geração são enquadrados e nomeados eles próprios diversamente.

No contexto de universidades públicas e gratuitas brasileiras, a movimentação de ações afirmativas e a crescente produção de epistemologias travestis se fazem sentir e alteram não só a configuração das universidades brasileiras, mas toda a concepção de ensino e de produção de saberes – tudo isso de difícil tradução para o contexto italiano. Minha proposta ao longo deste artigo consistiu então em pensar as possibilidades de tradução, e o que acontece quando ela não é possível para corpos e epistemologias travestis. Será que se perde algo fundamental? Será que não é justo essa perda que abre as brechas para criminalização dos trânsitos de pessoas trans do Brasil para Itália? Será que, por meio dessas mesmas brechas, não se engendram processos de resistência, existência e agência? Evidenciei, portanto, as diversas produções epistemológicas acadêmicas travestis e discuti como estas criações, inventivas e potentes, que passam necessariamente pelos termos, conseguem torcê-los e transtorná-los. Como enfatiza Renata Carvalho, é para: "trapacear a língua mesmo. Se não tem, agora tem, porque nós estamos aqui. Se não tem, a gente criou. Agora respeite" (Carvalho, Iazzetti & Macarenhas, 2024, p. 191).

Referências Bibliográficas

AGUIÃO, Silvia. *Fazer-se no 'Estado'*: uma etnografia sobre o processo de constituição dos 'LGBT' como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2014.

ALBUQUERQUE, Fernanda F. de; JANNELLI, Maurizio. *Princesa*. Roma: Sensibili alle Foglie, 1994.

ALVAREZ, Sônia E. Construindo uma política feminista translocal da tradução. *Revista Estudos Feministas*, vol. *17*, n. 3, dez. 2009, p. 743-753.

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola*: assujeitamento ou resistência à ordem normativa. Tese (Doutorado em Educação). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands / La Frontera: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute, 1987.

BENTO, Berenice e PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, vol. 20, n. 2, mai./ago., 2012, p. 569-581.

BENVENUTTY, Fernanda; NASCIMENTO, Silvana S. & LIMA, Lux F. *Fernanda Benvenutty, Uma Política Travesti*. São Paulo: Editora Patuá, 2022.

BUTLER, Judith. Merely cultural". *New Left Review*, vol. 227, 1997, p. 33-44.

CARVALHO, Renata; IAZZETTI, Brume D. & MASCARENHAS, Ruby. "Precisamos trapacear a língua": entrevista com Renata Carvalho ANÔMALAS, Catalão – GO, v.4, n.1, 2024, p. 180-199.

COACCI, Thiago. Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

COLLING, Leandro (org.). *Stonewall 40+ o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011.

COLLINS. Patricia Hill. Sobre tradução e ativismo intelectual. *Revista Ártemis*, [S. l.], vol. 27, n. 1, 2019, p. 25–32.

COSTA, Claudia de L. As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. *Revista Estudos Feministas*, vol. 8, n. 2, 2000, p. 43-48.

FALCÃO, Thiago H. O. *Memes, textões e problematizações*: sociabilidade e política a partir de uma comunidade LGBT universitários no Facebook. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2017.

FAVERO, Sofia. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais". *Equatorial*, vol. 7, n. 12, fev. 2020a, p.1-22.

_____ . *Pajubá-terapia: ensaios sobre a cisnorma*. Porto Alegre: Editora Nemesis, (2020b).

FRANCH, Monica & NASCIMENTO, Silvana. A produção antropológica em gênero e sexualidades no Brasil na última década (2008-2018)". *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 92, 2020, p. 1-29.

FREIRE, Lucas. (2015) *A Máquina da Cidadania*: uma etnografia sobre a requalificação civil de pessoas transexuais. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

GARCIA, Loreley & NASCIMENTO, Silvana de S. *Primas: retratos da prostituição feminina na Paraíba*. Paraíba: Editora UFPB, 2016.

GUERRA, Verônica A. Circulação, afetos e migração: notas para uma análise antropológica de mulheres trans em terras indígenas da Paraíba. *Contemporânea*, v.10, n.1, 2020, p.101-123.

GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. (2000) Mais além da 'cultura': espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A.A. (org). *Espaço da diferença*. Campinas: Ed. Unicamp, pp. 31-49.

HANKS, William F. & SEVERI, Carlo. Translating worlds: The epistemological space of translation. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, [S.l.], v. 4, n. 2, 2014, p. 1–16.

HIRANO, Luis Felipe Kojima; MACHADO, Bernardo Fonseca & ACUÑA, Maurício (Orgs). *Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

IAZZETTI, Brume D. *Existe "universidade" em pajubá*?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2021.

JESUS, Jacqueline G. de. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

KAAS, Hailey. *O que é Transfeminismo? Uma Breve Introdução*. [Online] https://transfeminismo.org/o-que-e-transfeminismo-uma-breve-introducao/ , 2015.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LIMA, Lux F. *A "verdade" produzida nos autos:* uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais em Tribunais brasileiros. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

_____. *Trânsitos em texto*: uma análise comparada de biografias e autobiografias de pessoas trans no Brasil e nos Estados Unidos. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

LOPES, Pedro. Deficiência na cabeça: convite para um debate com diferença. *Horizontes Antropológicos*, vol. 28, n.64, 2022, p. 297–330.

_____. *Deficiência na cabeça:* percursos entre diferença, síndrome de Down e a perspectiva antropológica. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020.

LORDE, Audre. Sister Outsider. California: Crossing Press, 2007.

LOURO, Guacira L. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, n. 2, 2001, P. 541-553.

MARCASCIANO, Porpora. *Tra le rose e le viole. La storia e le storie di transessuali e travestiti*. Roma: Manifestolibri, 2020.

_____. *Favolose narranti. Storie di transessuali*. Roma: Manifestolibri, 2008.

_____. *L'aurora delle trans cattive. Storie, sguardi e vissuti della mia generazione transgender*. Roma: Éditions Alegre, 2021.

McCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial; raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MOIRA, Amara. Cis By Trans. *Revista Estudos Feministas*, vol. 25, n.1, 2017, p. 365–373.

_____. Neca +20 poemas travessos. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021.

MOMBAÇA, Jota. Pode um cu mestiço falar? [Online] https://jotamombaca.com/texts-textos/pode-um-cu-mestico-falar/ , 2015.

NASCIMENTO, Letícia C. P. do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Silvana S. Corpo-afeto, corpo-violência: experiências na prostituição de estrada na Paraíba. *Revista Ártemis*, [S. l.], v. 18, n. 1, jul-dez, 2015, p. 69-86.

_____. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. *Revista de Antropologia*, vol. 62, n. 2, 2019, p. 459-484.

_____. Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheridades múltiplas. *Estudos Históricos*, vol. 35, n.77, 2022, p. 548-573.

_____. Errantes magníficas uma etnografia implicada e transfeminista com travestis. Tese de Livre Docência em Antropologia Social, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2024.

PADOVANI, Natália C. É Possível Fazer Ciências Sociais sem uma Análise Crítica das Categorias de Diferenciação? Uma Proposição Feminista. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*., vol.7, 2017, p.6 - 30.

PASSOS, Maria Clara A dos. & VERGUEIRO, Viviane S. A transfeminist enunciation locus in Latin America: geopolitical issues for a decolonial project from the world's south. *Global Public Health*, vol. 17, n. 10, 2022. p. 2415-2427.

PATRIARCA, Letizia. "*Puta*", "*travesti*" e "*brasiliana*": processos interseccionais de tradução e criminalização entre Brasil e Itália. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2023.

PELÚCIO Larissa. Desideri, brasilianità, segreti. Il mercato del sesso nel rapporto tra clienti spagnoli e transessuali brasiliane. *Mondi migranti*. Milano: Franco Angeli, 2010. p. 153-172.

_____. Na noite nem todos os gatos são pardos. Notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu,* vol. 25, 2005, p. 217-248.

PEREIRA, Bru. A comunidade das sobreviventes contra a sobrevivência dos heróis. In: *Pandemia Crítica* Nº 89. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

PEREIRA, Luena N. N. Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras. *Revista De Antropologia*, vol. 63, n. 2020, p. 01-14.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê – a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

PESARINI, Angelica. Biopolitiche di razza, genere e cittadinanza nel discorso politico italiano. *From the European South: a transdisciplinary journal of postcolonial humanities,* vol. 12, 2023, p. 39-58.

PESARINI, Angelica & TINTORI, Guido. *Mixed Identities in Italy*: A Country in Denial. In: ROCHA, Zarine L. & ASPINALL, Peter J. (Orgs.) *The Palgrave International Handbook of Mixed Racial and Ethnic Classification*. Cham: Palgrave Macmillan, 2020, p. 349-365

_____. La Grammatica della razza. *Zapruder*, vol. 52, 2021, p. 88-98.

PINO, Nádia Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos. *Cadernos Pagu*, vol. 28, 2007, p. 149-174.

SABATINE, Thiago Teixeira. *Travestis, territórios e prevenção de aids numa cidade do interior de São Paulo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

SAGGESE, Gustavo; MARINI, Marisol; LORENZO, Rocio A.; SIMÕES, Julio A. & hiranELA, Cristina D. *Marcadores Sociais da Diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Terceiro Nome – Editora Gramma, 2018.

SILVA, Hélio. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. *Travestis – entre o espelho e a rua*. São Paulo: Rocco, 2007.

TEIXEIRA, Flávia B. *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009.

_____. L'italia dei divieti: entre o sonho de ser europeia e o babado da prostituição. *Cadernos Pagu*, vol.31, 2008, p. 275-308.

TEIXEIRA, Jacqueline M. Masculinidade e pentecostalismo como tecnologia neoliberal". *Contemporânea- Revista de Sociologia da Ufscar*, v.12, n.3, 2022, p. 743-767.

ULGHIERI, Luciana M. M. *Princesa: natura, cultura, acaso e liberdade*. Tese (Doutorado em Estudos Comparados). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

VERGUEIRO, Viviane S. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, Suely; CASTRO, Mary G., & MOUTINHO, Laura (Orgs.) *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016a.

_____ . *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:* uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016b.

VIGOYA, Mara V. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac e Naify, 2010.

ZANZOTTI, Maria Isabel. *Nas margens do corpo, da cidade e do estado: educação, saúde e violência contra travestis*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.